



Pixabay

# Premiados em 2018

Indústria, infraestrutura e cooperativismo. Os temas que estão na agenda pública de debates do Brasil em 2018 são os protagonistas dos trabalhos vencedores do Prêmio ABDE-BID, organizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que neste ano recebeu o recorde de 49 inscrições. Nesta e na próxima edição da *Rumos*, serão publicados artigos com o resumo de cada um dos trabalhos que ficaram em primeiro e segundo lugares nas três categorias do prêmio: Desenvolvimento em Debate, Parcerias Público-Privadas – Desafios e Soluções e Sistema OCB: Desenvolvimento e Cooperativismo de Crédito.

Vencedor da categoria 1, o economista Roberto Alexandre Zanchetta Borghi defende a importância da indústria para o crescimento econômico. “Uma estrutura produtiva industrial mais diversificada e integrada, com encadeamentos intersetoriais mais fortes, permite uma resposta mais adequada da oferta doméstica aos estímulos de demanda, gerando mais renda e acelerando o crescimento econômico”, afirma.

Para o economista equatoriano André Bartelotty Troya, pri-

meiro colocado na categoria 2, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) devem ser compreendidas como um meio alternativo para a execução de projetos de infraestrutura pública. A partir do uso de indicadores como o Comparador Público-Privado, ele argumenta que a decisão pela realização de uma PPP deve ir além de uma avaliação sobre as necessidades de recursos de um estado, mas também sobre a possibilidade de implementar projetos absorvendo as melhores características dos dois setores.

Já os autores do artigo premiado na categoria 3 analisam como a crise econômica iniciada em 2015 influenciou o desempenho das cooperativas de crédito e como isso está relacionado ao porte dessas instituições: as cooperativas menores mostraram-se mais expostas ao risco comparativamente às maiores. Por isso, eles defendem a ampliação da geração de rendas não decorrentes de operações de crédito por parte dessas instituições.

Confira, nas próximas páginas, um resumo desses três artigos premiados. Os vencedores, além da publicação em livro do concurso, receberão valores em dinheiro. A cerimônia de premiação acontece junto com o Fórum do Desenvolvimento, no dia 17 de outubro, em Brasília.

# Indústria e crescimento econômico no Brasil

A economia brasileira vem enfrentando enormes desafios em promover uma trajetória sustentada de crescimento econômico desde seu processo de liberalização ocorrido no início dos anos 1990. Por mais de duas décadas, o crescimento econômico brasileiro tem sido baixo e fortemente influenciado por restrições de balanço de pagamentos. De uma perspectiva macroestruturalista acerca do processo de desenvolvimento, este movimento pode ser compreendido como resultado de desequilíbrios estruturais, em especial, do declínio relativo do desempenho industrial doméstico.

O artigo *Industrial linkages and economic growth: a macro-structuralist perspective on Brazil's development pattern* discute este assunto em detalhe. A partir da metodologia de insumo-produto, cobrindo as décadas de 1990 e 2000, analisam-se o padrão de especialização produtiva do Brasil e a dinâmica de crescimento econômico dele resultante. A perspectiva macroestruturalista adotada compreende contribuições tanto estruturalistas como kaldorianas da literatura econômica no que se refere à importância de setores industriais pujantes e encadeamentos intersetoriais domésticos para a promoção do crescimento econômico de forma sustentada.

A importância da indústria para o crescimento econômico é evidente. Efeitos multiplicadores da demanda mais elevados sobre o sistema econômico doméstico dependem do modo de organização da produção em termos de composição setorial, encadeamentos intersetoriais e combinação entre oferta doméstica e externa. Uma estrutura produtiva industrial mais diversificada e integrada, com encadeamentos intersetoriais mais fortes, permite uma resposta mais adequada da oferta doméstica aos estímulos de demanda, gerando mais renda e acelerando o crescimento econômico. Permite também que os efeitos multiplicadores sejam transmitidos de um setor a outro ao longo da cadeia produtiva, de forma que se transformem em demanda doméstica intersetorial, para não mencionar os efeitos tecnológicos e de produtividade advindos do desenvolvimento dos setores industriais. Logo, mudanças estruturais em direção à industrialização mostram-se essenciais para o crescimento econômico de longo prazo.

As evidências obtidas a partir das análises de insumo-produto apontam que, ao contrário, o padrão produtivo brasileiro tem se baseado cada vez mais no crescimento de setores não industriais e na menor integração relativa da produção industrial doméstica durante o período em

análise. Diferentes tipos de serviços figuravam entre os principais setores econômicos na estrutura produtiva brasileira, porém se mostraram incapazes de colocar a economia em uma trajetória sustentada de crescimento. Setores industriais em geral que, por sua vez, apresentariam tal capacidade, vêm perdendo espaço na estrutura produtiva comparativamente a outras áreas

A base industrial, embora permanecesse importante, mostrou-se relativamente estagnada na economia brasileira nas últimas décadas, exceto durante o período em que se observou maior dinamismo da atividade econômica (2004-2008). Devido a razões diversas, incluindo o regime macroeconômico de taxas de juros elevadas e taxa de câmbio apreciada, prevalecente por longo período no Brasil, este padrão de especialização produtiva liderado pelo crescimento de setores não industriais e menor integração relativa da produção industrial tem se reforçado. Isto, em grande medida, contribui para entender o baixo e errático desempenho econômico brasileiro, assim como alguns dos principais desafios que o país possui adiante a fim de restabelecer uma trajetória mais sustentada de crescimento econômico.



Arquivo Pessoal

**ROBERTO ALEXANDRE ZANCHETTA BORGI**

*Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor pela Universidade de Cambridge, Reino Unido.*

# PPPs como alternativa para a infraestrutura

Depois da crise global que ocorreu nos anos 1980, causada por uma queda no preço internacional das *commodities*, os historiadores econômicos classificaram o período como “a década perdida”. Essa crise seria o começo de uma situação econômica complicada para a América Latina, onde praticamente não houve crescimento e os níveis de endividamento externo eram insustentáveis.

No início da década de 1990, a situação econômica não havia melhorado e a região tinha um grande déficit de infraestrutura pública, com ausência de estradas, portos, aeroportos, escolas e hospitais, e uma notável deterioração na já existente. Assim, pode-se entender que esse subsetor da construção foi esquecido, pois grande parte do dinheiro foi usado para o pagamento da dívida pública; portanto, novos recursos para as obras eram necessários.

Neste contexto histórico econômico, Engel, Fischer & Galletovic (2014) afirmam que foi na década de 1990 que nascem as Parcerias Público-Privadas (PPP) como uma opção ou alternativa, em que não é necessário o Estado para fazer todas as ações. Em vez disso, permite-se que o setor privado tenha maior participação em momentos em que o primeiro carece de recursos financeiros ou humanos capazes de resolver um problema específico.

De acordo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), nas últimas décadas muitos países latino-americanos implementaram modelos de PPP para a construção, conservação e operação de infraestruturas públicas. Esses modelos foram inicialmente baseados em obras públicas para construção de estradas. No entanto, essa modalidade atualmente abrange não apenas projetos de infraestrutura, mas também serviços públicos como: ferrovias, portos, aeroportos, sistemas de transporte coletivo, hospitais, prisões e prédios públicos, entre outros.

Hoje várias das PPPs são mal utilizadas, levando a contratos que não necessariamente atendem ao seu propósito econômico e social. O artigo ora apresentado analisa essa questão a partir da construção de uma estrada no Equador. O texto mostra as PPPs como um meio alternativo para a execução de projetos públicos, diferindo das Obras Públicas Tradicionais (OPT), para o qual se desenha uma metodologia de análises teórica e quantitativa. Com a informação teórica que mostra as principais diferenças entre PPP e OPT, o artigo continua

com uma análise sobre a parte quantitativa correspondente à aplicação do indicador chamado Comparador Público-Privado (CPP)<sup>1</sup>, utilizando a metodologia de Valor Pelo Dinheiro. Neste caso se teve que estimar todos os componentes necessários, tais como a quantidade de investimento e operação, renda de uso de serviço, e riscos potenciais que pode ter a obra (políticos, custos etc.).

Finalmente, com o uso de todos os elementos trazidos a valor presente, se compara o custo da OPT e o custo da PPP, sendo a melhor alternativa para a construção desta estrada por meio do modo de parceria, porque está gerando-se um valor financeiro adicional pela delegação do trabalho à parte privada; ou, em outras palavras, a construção da estrada é mais custosa como uma OPT, por isso é preferível a PPP, porque o privado é mais eficiente em realizá-lo.

A importância da investigação permite entender que convocar concursos públicos para a realização de uma obra deve ir além da necessidades de recursos que pode ter um estado. Pelo contrário, recomenda-se ter um foco técnico e pode-se compreender as PPPs como foram estabelecidas, como uma forma alternativa de implementar projetos absorvendo as melhores características dos dois setores; para que assim o projeto possa ser completado com sucesso, isto é, cumprindo o impacto econômico e social esperado.

<sup>1</sup> É um indicador que fornece uma resposta ao questionamento da decisão entre as opções estudadas para a realização de um projeto de infraestrutura. Seu objetivo principal é comparar quantitativamente a modalidade de execução de um projeto público e determinar qual dos dois setores pode fornecer o maior valor na prestação do serviço.

Acervo Pessoal



## ANDRÉ BARTELOTTY TROYA

*Economista com menção em Economia Internacional pela Pontifícia Universidade Católica do Equador. Atualmente é analista coordenador da área de estatística do Ministério da Cultura equatoriano.*

# Crise e desempenho em cooperativas de crédito

No Brasil, a partir de 2015, verifica-se o estabelecimento de uma recessão econômica que se originou de uma crise de confiança dos investidores. Foi a maior retração econômica dos últimos 25 anos. Diante deste cenário, faz-se necessário criar alternativas, sobretudo para indivíduos que estão excluídos do sistema financeiro tradicional.

As cooperativas de crédito são instituições que contribuem para a manutenção do acesso a serviços financeiros, e seus serviços abrangem regiões que, devido a fatores sociais, culturais e econômicos, são excluídas do acesso ao crédito bancário. Estudar o desempenho das cooperativas de crédito brasileiras com base em determinantes internos e externos de performance em períodos de recessão é de relevância para que se possam estabelecer políticas de melhoria para essas instituições.

O estudo ora apresentado analisou a ocorrência de possíveis impactos nos determinantes de desempenho das cooperativas de crédito brasileiras entre 2015 e 2016 em decorrência dos efeitos da recessão econômica. Utilizou-se a abordagem de painel dinâmico por meio do Método dos Momentos Generalizados Sistemático. A amostra compreendeu 795 cooperativas de crédito singulares referente ao período compreendido entre os anos de 2010 e 2016, excluídas as classificadas como capital e empréstimo, utilizando dados do Banco Central.

Concluiu-se que a recessão econômica iniciada no Brasil em 2015 impactou o desempenho das cooperativas de crédito brasileiras. Esse achado está em conformidade com o estudo de Groeneveld e Vries (2009), sobre a resiliência das cooperativas de crédito europeias, que constatou que, apesar das cooperativas serem mais estáveis que os bancos em períodos de crise, elas não ficaram imunes a suas consequências.

No Brasil, a forma pela qual a instabilidade influenciou o desempenho das cooperativas de crédito está relacionada ao porte dessas instituições. As cooperativas menores mostraram-se mais expostas ao risco comparativamente às maiores, devido à existência de ganhos de escala. Como forma de amenizar os entraves ocasionados pelo cenário de recessão econômica, é importante ampliar a geração de rendas não decorrentes de operações de crédito por parte das cooperativas de menor porte, destacando que a Reso-

lução 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN) delimita as operações e atividades para as cooperativas de crédito classificadas como Clássicas e Capital e Empréstimo.



## FERNANDA ALVES CORDEIRO

*Doutoranda em controladoria e contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).*



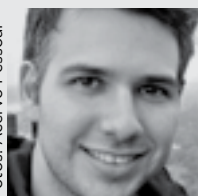
## VALÉRIA GAMA FULLY BRESSAN

*Professora Associada do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG.*



## WAGNER MOURA LAMOUNIER

*Doutor em Economia pela UFV, é professor associado da UFMG.*



## LUCAS BARROS

*Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).*

Fotos: Acervo Pessoal